

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO *PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA*:
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES
EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL WITHOUT HOMOPHOBIA PROGRAM: FIRST
APPROACHES

Ana Paula Rosa da Silva *

Jani Alves da Silva Moreira **

RESUMO:

Esse texto tem como objetivo apresentar as políticas educacionais presentes na configuração do *Programa Brasil Sem Homofobia* (2004). Trata-se de uma análise bibliográfica realizada nos estudos e pesquisas sobre Políticas Públicas e Gestão Educacional no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. O Governo Federal a partir de 2004, em parceria com os movimentos em prol dos Direitos Humanos e movimentos civis organizados como GLBT¹ uniram-se democraticamente para expor e requerer da sociedade o direito à diversidade e liberdade da escolha sexual. A luta está em desenvolver políticas públicas que atendam e garantam essa diversidade por meio da abertura do espaço no campo educacional para promover e incentivar a não-violência e o combate a discriminação homofóbica.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Programa Brasil Sem Homofobia; Diversidade sexual.

ABSTRACT:

This paper aims to present educational policies in the present configuration of the Brazil Without Homophobia Programme (2004). It is a literature review carried out studies and research on Public Policy and Management Education in the Faculty of Education at the State University of Maringá. The Federal Government since 2004, in partnership with the movements for human rights and LGBT movements organized as civilians joined to expose and democratic society requires the right to diversity and freedom of sexual choice. The struggle is to develop public policies that address and ensure that diversity by opening up space in the educational field to promote and foster non-violence and combat homophobic discrimination.

KEYWORDS: Educational Policy, the Brazil Without Homophobia, Sexual diversity.

INTRODUÇÃO

* Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Participa do Programa de Iniciação Científica (PIC- UEM) E-mail: anap.viana@hotmail.com

** Professora Assistente do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: jasmoreira@uem.br

¹ Gays, lésbicas, bissexuais e transexuais

As políticas públicas para a educação no Brasil no contexto atual, estão inseridas num amplo debate que tem como determinante a mundialização do capital na era de reestruturação produtiva do capital que ocasionou mudanças na reforma do aparelho do Estado e suas novas formas de gerenciamento transplantadas na gestão escolar. Por meio do delineamento via Teoria Neoliberal, as políticas educacionais tiveram um sentido econômico, de ajustes estruturais, tendo a Teoria do Capital Humano e a Teoria do Capital Social como parceiras para o desenvolvimento da reforma e do planejamento educacional. A escola expressou essas modificações e passou a ser denominada de escola inclusiva numa sociedade inclusiva, características evidenciadas no final da década de 1990.

Dentre as diversas diretrizes políticas recomendadas na década de 1990 que receberam um delineamento de propostas neoliberais para ajustes estruturais, encontra-se a chamada **política para a Diversidade Cultural**, que numa análise mais atenta verifica-se que tal política representou um viés para o desenvolvimento de programas e projetos que tiveram expressão e regulamento no aparato legal ocorrido na reforma, bem como, na organização curricular, acadêmica e administrativa dos sistemas de ensino. Conseqüentemente, tais mudanças implicaram em novas ações no âmbito da docência e da práxis educativa, que ocasionou uma mudança no perfil do professor e comunidade escolar.

Diante do desafio em apreender as políticas para a diversidade sexual, esse texto representa as primeiras aproximações sobre as orientações políticas no âmbito do *Programa do Brasil Sem homofobia*, tendo em vista que a atuação deste programa representa um debate em ação que colabora para consolidar políticas em torno da Diversidade Sexual nas escolas e toda a sociedade brasileira.

Num primeiro momento, analisamos os pressupostos históricos das políticas públicas e diversidade sexual no Brasil. Em seguida, apresentamos os aspectos principais que definem a atuação do Programa Brasil Sem Homofobia e suas estratégias para melhoria do convívio social. Por último, discutiremos sobre as políticas educacionais planejadas para o ano de 2011, tendo como fonte principal o trabalho com a diversidade de gênero, sexualidade, inclusão e homofobia nos campos educacionais.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

O Programa Brasil sem Homofobia (2004) tem a parceria com o Governo Federal, que apóia e garante o direito à diversidade sexual, por meio de projetos que combatem a violência tanto em instituições governamentais como não-governamentais para a promoção do respeito ao próximo. O foco do programa no âmbito escolar é colaborar para a modificação do comportamento de profissionais, gestores da educação como professores, diretores das instituições e toda equipe envolvida no trabalho escolar, em prol da multiculturalidade encontrada nos dias atuais na sociedade e na escola principalmente.

Faustino (2006)² apresenta uma análise histórica sobre a formulação de tais políticas que são embaladas pelo lema Diversidade Cultural. A autora conceitua terminologias presentes na condução dessa política, tais como: multiculturalismo, interculturalidade, tolerância, pluralismo, diferença, identidade, liberdade, justiça e igualdade. Termos que são pertinentes e decorrentes da chamada Diversidade Cultural, que leva a entender como sendo as múltiplas diferenças culturais expressas nas diferentes e/ou nas diferenças de: religiões, raças, etnias, segmentos, gênero, pessoas com necessidades especiais, comportamentos, valores, etc.

Consideramos que a compreensão real sobre a diversidade cultural presente nas políticas educacionais deve ser pensada na perspectiva de uma totalidade histórica, sendo **como um campo de luta de classes** e não apenas como uma diferença em si. A categoria diversidade cultural presente nas políticas públicas tem sido uma das recomendações do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) com a influência da teoria neoliberal, presente na Teoria da Justiça (Rawls) que trata de como seria um bom funcionamento de uma sociedade “bem ordenada” que se assenta conforme o tripé: “[...] promoção da mais ampla liberdade e autonomia para todos, combate à escandalosa pobreza e término da injustiça racial” (FAUSTINO, 2006, p. 63). Essa tentativa ideológica se assenta na possibilidade de conciliar direitos iguais em uma sociedade desigual, ou como explica a autora:

[...] permitir a igualdade política para manter a desigualdade econômica – por meio de uma legislação que facilite e amplie as possibilidades de acesso e empregos e educação àqueles que chamou de desvalidos, compreendendo as minorias étnicas até então excluídas destes benefícios dando-lhes igualdade de oportunidade e condições de equidade para amparar-lhes e, ao mesmo tempo, satisfazer suas expectativas. Para tanto, os ricos

² Tais reflexões decorrem da sua tese de doutorado intitulada *Política educacional nos anos 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena*,

chamados de talentosos, melhor dotados por nascimento, herança ou dom devem ser benevolentes, aceitando uma diminuição em sua participação material em bens, salários e lucros, que seriam distribuídos em favor dos outros, os desvalidos e desassistidos, em contrapartida, a esperança e satisfação de estarem contribuindo com um mundo melhor (FAUSTINO, 2006, p. 63).

Na visão neoliberal essas formulações corroboram com o encobrimento da permanência da questão central que fomentou as lutas sociais, da qual as políticas foram focalizadas e a pobreza decorrente da desigualdade social foi re-significada como uma questão social para ser resolvida por toda a sociedade: “[...] O encobrimento desta questão contribui com a fragmentação do movimento social que se organiza em torno de lutas particularizadas na qual as demandas principais são pelo acesso a igualdade jurídica e políticas de inclusão social mais facilmente solucionáveis pelo Estado.” (FAUSTINO, 2006, p. 71).

Diante desse contexto, o Programa Brasil sem Homofobia (2004) por meio da parceria com o Governo Federal, apóia e garante o direito à diversidade sexual, organiza projetos e ações para o combate da violência em instituições públicas, privadas e não-governamentais para a promoção do respeito ao próximo. O programa está centrado para o meio escolar com intuito em modificar o comportamento de profissionais, gestores da educação como professores, diretores das instituições e toda equipe envolvida no trabalho escolar, para trabalharem em prol da multiculturalidade encontrada nos dias atuais, principalmente na escola.

A questão da multiculturalidade, diversidade sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) exigem dos profissionais da educação novos métodos a serem trabalhado na escola, tais como formação na área da sexualidade, direitos dos cidadãos, liberdade de escolha para haver uma aceitação dos demais grupos sociais. Conforme estudos realizados pelo Ministério da Educação (MEC) desde o início da década de 1980, ocorreu um aumento da luta de grupos civis GLTB a procura da inserção de assuntos sobre gênero, sexualidade, diversidade sexual para que haja um combate à discriminação e proporcione a inclusão social no mercado de trabalho e demais relações sociais.

As políticas públicas são consideradas como o Estado em ação, o estado age por meio de projetos, ações governamentais para questões que englobam a sociedade, assim, as políticas públicas são de responsabilidade do estado para que ele possa programar e manter decisões que envolvam os órgãos públicos a fim de fazer da sociedade algo equilibrado. É

importante ressaltar também, as políticas sociais e educacionais para melhor compreender o papel do estado diante das mudanças sociais que tanto interfere nas relações entre ambos, sendo estas importantes para o desenvolvimento da sociedade. As políticas sociais são interpretadas como ações que determinam as funções de proteção social visando à redistribuição de benefícios sociais para diminuir as desigualdades estruturais causadas pelo desenvolvimento social e econômico.

No período da revolução industrial que ocorreu no final século XVIII e início do século XIX aconteceram várias mudanças sociais, econômicas e estruturais que beneficiaram poucas camadas sociais como os empresários e proprietários. No entanto, a maior parte da massa populacional, os trabalhadores ficaram as margens dessa revolução, pois até então o trabalho era manufatureiro, sendo assim, houve a necessidade de os trabalhadores se adaptarem as novas exigências do mercado industrial e financeiro, além disso, em disputar seu trabalho com as máquinas. Em virtude de conquistarem um espaço nessa nova era e serem reconhecidos surgiu conflitos entre o capital e o trabalho, ou seja, os movimentos populares entram em cena no século XIX para tentar adquirir direitos sociais.

No período de 1970 nos países industrializados como os Estados Unidos ocorreram transformações capitalistas, na qual crescia o mercado industrial, financeiro, tecnológico e as novas exigências da produção capitalista foram impostas a sociedade. Segundo Netto (2008), a acumulação de capitais que foram decorrentes da segunda Guerra Mundial necessitava de novas formas de expansão, sendo necessário abrir novas fronteiras, quebrar barreiras para a difusão dos moldes desse capitalismo como aconteceu com a queda do Muro de Berlim em 1989, formação de blocos econômicos regionais, organizações político como Fundo Monetário Internacional (FMI).

O mais significativo é o fato do capitalismo contemporâneo ter transformado o desemprego maciço em fenômeno permanente, o desemprego oscilava entre taxas “aceitáveis” e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível (NETTO, 2008, p.220).

Uma vez que verificamos o desenvolvimento tecnológico, industrial e a globalização dessas novas diretrizes mundiais no campo educacional, vemos, sobretudo no Brasil alterações relevantes na sociedade, pois a exigência do ensino centra-se na

empregabilidade, exigindo dos cidadãos competência, flexibilidade, eficácia e êxito, tendo como efeito as desigualdades sociais e econômicas, exclusão social, marginalidade e desemprego. Neste contexto, as máquinas trabalham mais e rapidamente que o homem provoca a substituição do homem pela máquina ou neoprodutivismo, acarretando na falta de espaço no mercado de trabalho para todos, deste modo, desencadeou-se a competitividade entre homens para garantir uma vaga no mercado de trabalho e assim ter sua sobrevivência garantida. Vale lembrar que Marx postulou que a consciência do homem é determinada, a história requer um papel relevante para a prática social e ao desenvolvimento do homem enquanto ser histórico (MOREIRA, 2004). Neste sentido, os homens devem produzir história. Marx e Engels (1998) comentam que para produzir história, os homens precisam suprir as suas necessidades básicas que surgem sucessivamente:

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX; ENGELS, 1998, p.21).

Diante dessas evidências a sociedade civil em crise, ancora-se na doutrina neoliberal desencadeia ao Estado um papel de promotor das políticas sociais e não executor direto das mesmas. O Estado atende o mínimo possível na área social que as demandas da sociedade requer, principalmente nos direitos sociais e trabalhistas desencadeando cortes de gastos fazendo deste um *Estado Mínimo*, ou seja, mínimo em direitos trabalhistas, sociais, educacionais, porém máximo para o mercado internacional. Por consequência da não responsabilização do Estado temos os movimentos sociais marcantes como, movimento feminista, trabalhista, mobilização dos negros, revolta estudantil e movimento de diversidade de sexual como no caso dos brasileiros homossexuais que lutam com maior vigor desde o início da década de 1980 pelos direitos humanos e reconhecimento de GLTB.

2. O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA: ESTRATÉGIAS PARA O CONVÍVIO SOCIAL

O Programa Brasil sem homofobia é um programa de combate à discriminação e à violência contra o grupo GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Foi criado em 2004 pela Secretaria Especial de direitos Humanos em parceria com o Governo Federal, que desde 1980 reconhece a luta dos cidadãos que buscam os direitos humanos de homossexuais. A luta pelos seus direitos de escolha, liberdade e diversidade sexual visam um país realmente democrático, embora seja dito que somos democráticos, cidadãos livres, nesse cenário analisamos o contrário, uma vez que encontramos muita violência ao redor das diversidades, neste caso diversidade sexual e homossexualismo.

Conforme o Conselho Nacional de combate à violência, no Brasil há uma grave violação aos direitos humanos devido ao grande número de assassinato de homossexuais, sobretudo contra travestis e transgêneros. Além dessa violência letal, há também outras formas de violências como humilhações, extorsões, ofensas na família, em escolas, instituições públicas e privadas pelo fato desses grupos GLTB demonstrarem ou por manifestarem publicamente sua orientação sexual. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 16-17).

Para exemplificarmos, nos ambientes escolares, familiares são encontradas a discriminação em massa contra homossexuais:

A escola configura-se em um lugar de opressão discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos /as dos/as quais vivem de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização, auto-aversão. E isso se faz, com a participação ou a omissão da família, comunidade escolar, da sociedade e do estado (JUNQUEIRA, 2009 p. 15).

Para conter e trabalhar essas questões homofóbicas que o Governo Federal lançou o Programa Brasil sem Homofobia, formular, programar políticas públicas que insiram a diversidade sexual nos ambientes escolares e assim, de acordo com Braga (2010, p. 209), os profissionais da educação devem ser treinados a intervir, sistematizar e organizar uma orientação sexual em sala de aula. O documento do Programa Brasil sem Homofobia expressa que:

Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta [...] A expectativa é que essa integração interministerial, em parceria com o movimento homossexual, prospere e avance na implementação de novos parâmetros para

definição de políticas públicas, incorporando de maneira ampla e digna milhões de brasileiros (CONSELHO, 2004, p. 07).

A Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade (SECAD) surgiu em 2004 para contribuir na redução das desigualdades educacionais, tendo como princípio a participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação. Trabalhando com temas como: Alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos e diversidade étnica racial. E o Ministério da Educação (MEC) prioriza os estudos em combater a homofobia, pelo fato do problema estar cada vez mais se agravando na sociedade, tendo o aumento da violência letal, perseguição, injúria, exclusão, causando assim, um colapso do aprendizado escolar.

Diante da diversidade que encontramos na atualidade o programa tem também como princípio trabalhar com a questão da tolerância. Rossi (2008) aponta que a tolerância é um princípio ético inerente ao modelo social estabelecido no contexto do neoliberalismo. Os postulados sobre os princípios da tolerância foram preconizados pelas Nações Unidas (ONU) e os países signatários acataram tais recomendações em suas políticas, dessa forma no âmbito da educação as políticas para a diversidade expressaram que a educação deveria contribuir para o convívio social, para a paz e aceitação das diferenças, conforme o documento referenda:

A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz (ONU, 1995).

Articular e desenvolver ações de publicidade e de utilidade pública que segundo o Programa Brasil sem homofobia, possa ampliar e repassar informações sobre o tema e assim construir uma sociedade mais solidária e harmônica.

3. ALGUMAS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA EM 2011 DESENVOLVIDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O Programa Brasil sem Homofobia apoiou a construção em 2009 do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que foi resultado da 1ª Conferência Nacional GLBT, ocorrida em

Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008. As metas prescritas nesse documento envolvem dois eixos estratégicos para a implementação de políticas públicas:

Eixo Estratégico I – Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização;

Eixo Estratégico II – Formulação e promoção da cooperação federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT. Os prazos estabelecidos para a implementação das ações foram classificados em:

Curto Prazo - para as propostas cuja execução esteja prevista no Orçamento de 2009; **Médio Prazo** - para as propostas cuja execução esteja contemplada no Orçamento de 2010 e 2011.

As ações para alcançar tais estratégias foram também estabelecidas no mesmo documento e distribuídas no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Justiça dentre outros setores do governo. Dentre as ações focalizamos as específicas de responsabilidade do Ministério da Educação para o ano de 2011, conforme visualizamos no quadro:

| | AÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | PRAZO |
|----|---|--------------|
| 1. | Incluir a população LGBT em programas de alfabetização, instituir e ampliar programas e projetos na área de saúde e educação nas escolas públicas do país. | 2010/2011 |
| 2. | Estimular e incluir as temáticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero e raça/etnia nos currículos universitários, nas atividades de ensino, pesquisas de extensão, sem excluir nenhum campo do saber ou limitar a cursos da área da saúde. | 2010/2011 |
| 3. | Fomentar os temas relativos à “legislação e jurisprudência LGBT” no âmbito do Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação e das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito. | 2010/2011 |
| 4. | Fomentar e apoiar cursos de pós-graduação em parceria com as universidades públicas sobre diversidade sexual para professores, gestores e profissionais que atuam nas diferentes áreas da gestão pública. | 2010/2011 |
| 5. | Oferecer, nos diversos setores de políticas públicas, cursos de formação | 2010/2011 |

| | | |
|----|--|-----------|
| | a gestores públicos sobre os direitos da população LGBT. | |
| 6. | Criar um projeto de cooperação público-governamental de extensão nas escolas públicas, utilizando produções artístico-culturais com temática de sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero, com recorte de raça e etnia, como forma de educar para a cidadania e inclusão. | 2010/2011 |
| 7. | Criar um programa de bolsas de estudo que incentive a qualificação ou educação profissional de Travestis e Transexuais em diversas áreas. | 2010/2011 |
| 8. | Criar, por meio de concurso público, um selo nacional que identifique as empresas que apóiam e estimulam a promoção da cidadania LGBT. | 2010/2011 |
| 9. | Criar no Ministério da Educação, bem como nos órgãos afins nas instâncias estaduais e municipais, uma coordenadoria específica de políticas para LGBT. | 2010/2011 |

No início de 2011 o Ministério da Educação elaborou um Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola Sem Homofobia. Trata-se de um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos que visam à desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e para o convívio democrático com a diferença. O projeto teve o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD) e todas as etapas de execução foram debatidas e discutidas por esta secretaria. O objetivo foi contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, por meio de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. É interessante observar que o projeto também teve o apoio de demais instâncias da sociedade internacional, tais a rede internacional Global Alliance for LGBT Education – GALE; a organização não governamental Pathfinder do Brasil; a ECOS – Comunicação em Sexualidade; a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (NOTA OFICIAL, 2011).

O Projeto envolveu a produção de dois encaminhamentos ou também chamado de produtos específicos: Primeiramente a elaboração de um conjunto de recomendações elaborado para a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas sobre a homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público

brasileiro, que envolveu duas atividades: a) Cinco seminários, um em cada região do país, com a participação de profissionais de educação, gestores e representantes da sociedade civil, para obter um perfil da situação da homofobia na escola, a partir da realidade cotidiana dos envolvidos; b) Desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa sobre homofobia na comunidade escolar em 11 capitais das 5 regiões do país. Tal pesquisa envolveu 1406 participantes, entre secretários (as) de saúde, gestores (as) de escolas, professores (as), estudantes e outros integrantes das comunidades escolares. A metodologia da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp (NOTA OFICIAL, 2011).

Num segundo momento, desenvolveram-se meios para a incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a homossexualidade nas escolas e contextos educativos e que repercuta nos valores culturais atuais. Essa estratégia envolveu a criação de um **kit de material educativo** que abordou sobre aspectos da homo-lesbo-transfobia no ambiente escolar, direcionado para gestores (as), educadores (as) e estudantes. Outro encaminhamento foi a **capacitação** de técnicos (as) da educação e de representantes do movimento LGBT de todos os estados do país para a utilização apropriada do kit junto à comunidade escolar (NOTA OFICIAL, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Brasil sem Homofobia (2004) não tem apenas o objetivo de informar a problematização que o grupo GLTB vem passando na sociedade, mas, sobretudo implantar meios que possibilite uma vida associável com os demais grupos sociais além de mostrar a importância em se concretizar a liberdade da diversidade sexual, os direitos civis desse grupo junto com o Governo Federal em todos os campos sociais, por meio de políticas públicas que garantam a distribuição de informações que sensibilizem a sociedade. Cabe ainda destacar que tais avanços não são tão aceitos por toda a sociedade civil, por isso é relevante que no âmbito da educação e formação de professores se amplie o debate acerca das políticas para a Diversidade Sexual.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Eliane Rose Maio. Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à pedagogia. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de; FAUSTINO, Rosângela Célia (Org.). *Educação e Diversidade Cultural*. Maringá: UEM, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade Cultural e orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, V. 10, 1997

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília; V.32, p.13-42, Ministério da Educação. SECAD e UNESCO, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. *Questões relativas à concepção materialista da história*. Material impresso, 2004.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. Ed. 4. São Paulo: Cortez, 2008. p.211-219.

NOTA OFICIAL sobre o *Projeto Escola Sem Homofobia*. 2011. Disponível em: <<http://eleicoeshoje.wordpress.com/2011/01/14/1518/>>. Acesso em 20 de março de 2011.

ROSSI, Alexandre José. *Políticas para homossexuais: uma breve análise do programa Brasil sem homofobia e do tema transversal orientação sexual*. Florianópolis: UFRGS, 2008.